



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE PERÍCIA PARA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA DO NOVO CENTRO EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC.**

#### **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e do Regulamento de Licitações e Contratos de Município de Santo Amaro da Imperatriz (Decreto 8.519/23).

**1.2.** Da Fundamentação da futura contratação:

**1.2.1** Lei Federal nº Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**1.3.1** Decreto Municipal nº 8.519/23 de 21 de dezembro de 2023: Regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Santo Amaro da Imperatriz;

#### **2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A execução de obras públicas envolve desafios significativos no que se refere à transparência, economicidade, eficiência e conformidade com as normas legais e técnicas estabelecidas. No contexto da construção do novo Centro Executivo Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, surgem preocupações relacionadas ao acompanhamento adequado dos recursos públicos investidos, ao atendimento aos requisitos de qualidade e segurança, bem como à devida observância dos prazos estabelecidos contratualmente. Diante da relevância da obra para a administração municipal e para a população, é fundamental garantir que as etapas de execução sejam devidamente monitoradas e avaliadas, prevenindo possíveis ocorrências de desvios, falhas construtivas ou má gestão.

**2.2.** A presente demanda tem por objetivo a contratação de empresa ou profissional legalmente habilitado para realizar perícia técnica de engenharia com foco na avaliação da execução da obra do Centro Executivo Municipal, considerando conformidade com os projetos aprovados, qualidade dos materiais aplicados, execução dos serviços segundo as normas vigentes e levantamento de eventuais falhas ou inconformidades. A obra, com valor contratual aproximado de R\$ 12 milhões, já recebeu pagamentos superiores a R\$ 10 milhões, porém, a análise visual do estágio atual levanta dúvidas sobre a suficiência do saldo residual para sua



conclusão.

**2.3.** Ademais, verificou-se que o contrato original sofreu supressões quantitativas e aditivos referentes a itens que, segundo as medições, já teriam sido integral ou parcialmente executados, situação que acende alerta quanto à compatibilidade físico-financeira prevista no art. 124 da Lei 14.133/2021 (limites e justificativas de alterações contratuais). Diante desse cenário, impõem-se providências capazes de comprovar a correção ou apontar a inadequação, desses ajustes. Dessa forma, entre essas alternativas, a perícia externa se mostra a mais abrangente e célere, pois combina expertise técnica e imparcialidade, fornecendo laudo robusto que pode embasar eventuais medidas corretivas administrativas, financeiras ou judiciais.

**2.4.** A legislação vigente exige que obras públicas sejam pautadas por processos rigorosos de fiscalização e auditoria, o que visa assegurar que os investimentos realizados reflitam benefícios concretos à sociedade, evitando desperdícios ou prejuízos ao erário. O não atendimento a esse preceito pode acarretar consequências graves, inclusive de ordem legal e administrativa, para os gestores públicos envolvidos e para a instituição responsável.

**2.5.** Há, ainda, o aspecto da prestação de contas à comunidade e aos órgãos de controle externo, que demanda informações técnicas e documentais precisas sobre a execução da obra. A ausência de instrumentos que comprovem a regularidade dos procedimentos executados fragiliza o controle social, dificultando a análise sobre a eficiência e lisura na aplicação dos recursos públicos.

**2.6.** Diante desse contexto, evidencia-se a necessidade de mecanismos que auxiliem a administração municipal a identificar eventuais não conformidades e oportunidades de melhoria nos processos construtivos, contribuindo para a credibilidade da gestão pública e a satisfação do interesse coletivo. Dessa forma, o problema a ser enfrentado reside na insuficiência de informações técnicas robustas e independentes que assegurem a adequada fiscalização, análise e transparência da execução da obra do novo Centro Executivo Municipal.

### **3. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**3.1.** O levantamento de mercado realizado para a contratação de perícia técnica de engenharia na obra do novo Centro Executivo Municipal de Santo Amaro da Imperatriz identificou três principais alternativas: a execução do serviço por servidores do próprio quadro municipal, a contratação de empresa privada especializada ou a celebração de parceria com instituição acadêmica reconhecida, sem fins lucrativos, por meio de dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021. A análise das opções considerou fatores como expertise técnica, imparcialidade, custo, agilidade processual e aderência às exigências legais que regulam a execução e o controle de obras públicas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

**3.2.** A opção pela contratação da Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI revelou-se a solução mais adequada, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico. Em comparação com empresas privadas, a UNIVALI dispõe de corpo técnico altamente qualificado, atualizado com as melhores práticas acadêmicas e de mercado, capaz de emitir laudos consistentes, fundamentados e reconhecidos por sua credibilidade institucional. Ademais, ao tratar-se de entidade sem fins lucrativos, o valor da contratação é mais competitivo, com isenção de margens de lucro típicas do setor privado e sem perda de qualidade na entrega do produto final. A utilização do art. 75, XV, também confere celeridade ao procedimento, o que é essencial para mitigar riscos de atrasos ou de agravamento de eventuais não conformidades na obra.

**3.3.** Assim, a escolha pela Fundação UNIVALI está plenamente alinhada ao interesse público, permitindo a obtenção de uma perícia independente, isenta e tecnicamente robusta, indispensável à transparência, à prestação de contas e à segurança jurídica da Administração Municipal. A solução propicia, ainda, melhor relação custo-benefício, amplia a capacidade de controle sobre o investimento público e fortalece a relação institucional entre o poder público e entidades de ensino e pesquisa, fomentando a produção de conhecimento aplicado à gestão pública e à infraestrutura municipal.

#### **4. SOLUÇÃO PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA**

**4.1.** A solução consiste em contratar diretamente a Fundação Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do art. 75, XV, da Lei 14.133/2021, para realizar uma perícia técnica para elaborar um laudo de auditoria técnica independente sobre a execução da obra do novo Centro Executivo Municipal de Santo Amaro da Imperatriz.

**4.2.** A solução integra a necessidade de transparência e fiscalização das etapas da obra pública por meio da contratação de serviço especializado e independente, conferindo credibilidade à gestão dos recursos públicos empregados. Busca-se, com a parceria com a Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, instituição reconhecida e sem fins lucrativos, assegurar imparcialidade, excelência técnica e atendimento ao interesse público. O processo contempla o levantamento detalhado dos dados licitados, dos valores pagos, das etapas executadas e do saldo físico/financeiro ainda a realizar, fundamentando um diagnóstico sólido sobre o andamento da obra frente aos compromissos contratuais. Com a atuação de equipe multidisciplinar devidamente habilitada e experiente, o trabalho será conduzido sob rigor acadêmico e observância das melhores práticas de engenharia e auditoria, proporcionando uma abordagem técnica isenta e alinhada à legislação vigente.

**4.3.** O resultado esperado é a disponibilização de um laudo pericial criterioso, embasado em análise documental e vistoria in loco, capaz de assegurar uma avaliação comparativa



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

entre escopo contratado, execução e pagamentos efetuados. Tal laudo servirá de base para corrigir eventuais distorções, indicar melhorias e fornecer subsídios para tomadas de decisão gerenciais, judiciais ou administrativas. O produto final, sendo de fácil compreensão e tecnicamente robusto, viabilizará a adequada prestação de contas à sociedade e a satisfação dos órgãos de controle externo. A solução proposta elimina a necessidade de contratos continuados, restringindo-se ao atendimento de objetivo específico e pontual, racionalizando custos e otimizando o uso de recursos públicos.

**4.4.** A economicidade do modelo se concretiza por meio da contratação direta, fundamentada legalmente, eliminando custos com procedimentos licitatórios, e garantindo alto grau de confiabilidade técnica pela expertise acadêmica da UNIVALI. Não se preveem demandas de manutenção ou assistência técnica continuada, já que o resultado se resume ao laudo circunstanciado entregue ao final do trabalho, com possibilidade de esclarecimentos em caso de dúvidas técnicas. Adicionalmente, práticas sustentáveis serão observadas no escopo da análise, promovendo alinhamento com diretrizes de responsabilidade ambiental e social.

## **5. PROCEDIMENTO A SER REALIZADO PARA AQUISIÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** O objeto a ser contratado refere-se a serviço técnico especializado, a ser executado por instituição brasileira sem fins lucrativos de notória reputação (Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI).

**5.2.** Diante das disposições da Nova Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 14.133/2021), a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** prevista no art. 75, XV apresenta-se como a forma mais vantajosa para a Administração, por permitir a contratação direta de entidade de ensino, pesquisa ou desenvolvimento institucional para atividade de interesse público, assegurando celeridade e economicidade.

## **6. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**6.1.** Não foi elaborado Plano de Contratações Anual para o ano de 2025.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

**7.1.** A contratação direta recairá sobre a Fundação Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), nos termos do art. 75, XV, da Lei 14.133/2021.

**7.2.** Para a assinatura do contrato, a UNIVALI deverá apresentar estatuto social comprovando sua natureza sem fins lucrativos, certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, certidão de registro e regularidade no CREA ou CAU com indicação dos responsáveis técnicos, atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto e documentos que evidenciem sua notória reputação em auditorias de obras públicas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

**7.3.** Não será admitida a subcontratação, parcial ou total, dos serviços licitados, garantindo-se assim o controle da qualidade e a responsabilização direta da empresa contratada pela execução do objeto.

**7.4.** Todos os custos necessários à execução, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, encargos e transporte, serão de responsabilidade exclusiva da contratada, sem ônus adicional para o Município.

**7.5.** A execução terá início imediatamente após a emissão da Assinatura do Contrato e seguirá o cronograma aprovado.

**8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** Não se aplica.

**9. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Item	Nome do Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total
1	Laudo de Auditoria referente à execução da obra do novo Centro Executivo Municipal de Santo Amaro da Imperatriz	1	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
				Preço total <b>R\$ 60.000,00</b>

**10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** Estima-se que o valor da eventual compra seja de **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)** conforme proposta comercial. O Desembolso ocorrerá em duas parcelas no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), realizadas a partir da entrega dos relatórios desenvolvidos.

**11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**11.1.** Não se aplica.

**12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**12.1.** A contratação por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, XV, da Lei 14.133/2021, para realização de uma perícia técnica para desenvolver um laudo de auditoria referente à execução da obra do novo Centro Executivo Municipal de Santo Amaro da Imperatriz visa proporcionar ganhos significativos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Ao promover uma análise independente, técnica e criteriosa de todas as etapas da obra, a auditoria permite identificar eventuais ineficiências e desperdícios, contribuindo para a adoção de medidas corretivas



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

tempestivas e garantindo a correta aplicação dos recursos públicos investidos no empreendimento.

**12.2.** Do ponto de vista da economicidade, o laudo de auditoria proporcionará à administração municipal subsídios fundamentais para tomadas de decisão mais precisas e fundamentadas, prevenindo gastos desnecessários e orientando a priorização de investimentos em etapas críticas do projeto. Além disso, o trabalho desenvolvido por equipe capacitada da UNIVALI assegura o uso racional dos recursos humanos, ao integrar especialistas de diversas áreas com expertise em fiscalização de obras públicas, otimizando a alocação de competências e promovendo sinergia entre os profissionais envolvidos. Os recursos materiais e financeiros, por sua vez, serão direcionados de modo mais eficaz, reduzindo riscos de atrasos, retrabalhos e custos extras decorrentes de falhas construtivas ou de gestão.

**12.3.** Os principais resultados pretendidos com essa contratação incluem:

**12.3.1.** Garantia de transparência na execução da obra, com documentação apropriada de todas as etapas e procedimentos;

**12.3.2.** Identificação e prevenção de desvios de recursos, desperdícios e não conformidades;

**12.3.3.** Otimização dos processos decisórios, orientando a correta alocação dos recursos públicos;

**12.3.4.** Contribuição para o cumprimento dos prazos contratuais e dos padrões de qualidade e segurança exigidos;

**12.3.5.** Fortalecimento do controle social e da prestação de contas junto à comunidade e aos órgãos de fiscalização;

**12.3.6.** Mitigação de riscos legais e administrativos para os gestores públicos envolvidos.

**12.4.** Assim, a perícia técnica com elaboração do laudo de auditoria representa uma ação estratégica para promover uma gestão pública mais responsável, eficiente e alinhada aos princípios da administração pública, proporcionando benefícios concretos à população e à administração municipal de Santo Amaro da Imperatriz.

### **13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

**13.1.** Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, sendo que, a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

**14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Diante da análise realizada neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para desenvolver um laudo de Auditoria referente à execução da obra do novo Centro Executivo Municipal de Santo Amaro da Imperatriz se apresenta adequada e necessária para atender à demanda identificada. Portanto, opina-se pelo prosseguimento do processo de contratação, considerando que a medida é fundamental para garantir transparência, controle e qualidade na execução do referido empreendimento público.

Santo Amaro da Imperatriz, 31 de julho de 2025.

**Adair João Rachadel Arouca**  
Secretário Municipal de Infraestrutura